

Resenha de: Sherri Goodman. 2024. *Threat Multiplier: Climate, Military Leadership, and the Fight for Global Security*. Island Press. ISBN 978-16-4283-326-3.

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025007, 2025, p. 1–6
ISSN 2358-3932

JUVENCIO ANTONIO VASCONCELOS LOBO RUBENS DE S. DUARTE

Como seu título anuncia, o principal objetivo do livro é defender a classificação das mudanças climáticas sob o conceito de “multiplicador de ameaças”, a partir da descrição de conversas, negociações e opiniões que compõem a trajetória de construção dessa ideia nos bastidores do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e de outros órgãos em que a autora trabalhou. A obra configura-se como leitura imprescindível para quem deseja compreender a íntima relação entre mudanças climáticas, segurança internacional e defesa, pois oferece detalhes históricos e uma visão interna da burocracia de defesa da maior potência militar contemporânea. Trata-se de um registro histórico de momentos e decisões cruciais, cujos efeitos reverberam até os dias atuais nas discussões sobre o tema.

Além disso, por não ser acadêmica, Sherri Goodman oferece um outro ponto de vista, de uma tomadora de decisões. Ela relata as pressões sofridas e as figuras relevantes envolvidas em cada episódio narrado no livro. Para além da questão climática, Goodman descreve os desafios e as sensações de ser uma mulher dentro do mundo da defesa, um ambiente que ela descreve como intimidador e burocrático, o que confere à obra uma dimensão adicional ao abordar questões de gênero. A obra também é extremamente relevante para refletir sobre a doutrina militar e a necessidade de revisitar os cenários, o emprego de tropas, as prioridades estratégicas e o uso de equipamentos.

O livro está organizado em dez seções, além da introdução. Esses capítulos, por sua vez, podem ser agrupados em três grandes tópicos: (i) um

Juvenio Antonio Vasconcelos Lobo é doutorando em Ciências Militares pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Eceme, Rio de Janeiro (RJ) e bolsista da CAPES DS. Desde o mestrado, realizado na mesma instituição, vem desenvolvendo pesquisa relacionada a interface entre Defesa e Mudanças Climática. Orcid.org/0000-0001-7646-8839. E-mail: juveniolobo9@gmail.com.

Rubens de S. Duarte é pesquisador de produtividade do CNPq nível 2, Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM-Eceme) e coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo). Orcid.org/0000-0002-9709-9865. Rubensduarte.education.

histórico de como a pauta climática foi incorporada ao Departamento de Defesa; (ii) desafios enfrentados pelas forças armadas dos Estados Unidos a partir de uma divisão geográfica do mundo; e (iii) desafios táticos e logísticos decorrentes das mudanças climáticas. Escrito em primeira pessoa, a obra aproxima-se do gênero romance contemporâneo, com linguagem descritiva e acessível, semelhante à da crônica literária.

A autora ocupou cargos de destaque no governo dos Estados Unidos, incluindo o de Subsecretária Adjunta de Defesa. Além de sua atuação no governo, Goodman foi fundadora do Military Advisory Board, um grupo de líderes militares empenhados em sensibilizar diferentes segmentos políticos quanto aos impactos das mudanças climáticas sobre a segurança. Vale destacar que a autora se apresenta como criadora do conceito de “multiplicador de ameaças” no contexto climático, com o objetivo de demonstrar que os efeitos das mudanças climáticas — como escassez de água, insegurança alimentar, migrações em massa e eventos climáticos extremos — amplificam riscos de conflitos, instabilidades políticas e crises humanitárias.

Cabe ainda ressaltar o papel da autora na política doméstica dos Estados Unidos, especialmente ao defender que os compromissos internacionais assumidos pelo país não comprometessem a prontidão militar. Essa atuação se deu em um contexto de debate sobre o grau de comprometimento dos Estados Unidos com arranjos multilaterais, contribuindo para que as ideias defendidas por Goodman fossem incorporadas ao conjunto de argumentos que levaram à aprovação unânime da Resolução Byrd-Hagel, em 1997,¹ frustrando qualquer esperança de que os Estados Unidos ratificassem o Protocolo de Quioto. Torna-se evidente, assim, que o livro não foi escrito por uma cientista nem por uma militante da causa climática, mas por uma alta funcionária da administração pública estadunidense. A publicação é, em certa medida, um reflexo das contradições inerentes ao mundo político e aos atores que atuam sob as pressões das constantes disputas de poder e da necessidade de transformá-las em políticas públicas. Ao contrário dos textos científicos, em que contradições internas ao argumento enfraquecem o poder explicativo da tese, os desencontros e incoerências que existem no livro dão ainda mais riqueza ao relato e reforçam a pertinência da obra.

Pode-se argumentar que um dos principais méritos da obra é fazer, ainda que intuitivamente, um rastreamento do processo pelo qual as mudanças climáticas passaram a ser consideradas um tema relevante no âmbito da defesa nos Estados Unidos. Os relatos, as personagens, os pontos de inflexão e as motivações apresentados por Goodman sugerem que percepções de ameaça e o temor foram mais determinantes do que uma conscientização racional. Enquanto a comunidade acadêmica já alertava, há décadas, para o risco exis-

tencial representado pelas mudanças climáticas e seus impactos assimétricos nas sociedades, os líderes militares só passaram a se preocupar quando os efeitos das mudanças passaram a comprometer suas missões. Por esse motivo, os fatores que motivaram maior conscientização sobre a importância de incorporar as mudanças climáticas ao debate sobre defesa e segurança internacional têm, em geral, um caráter estratégico-militar. Entre eles, o uso do Ártico pela Rússia e pela China; o acesso a recursos fósseis e outras fontes de energia; a necessidade de reduzir animosidades da população local em situação de vulnerabilidade diante da presença militar estrangeira; o aumento da probabilidade de levantes populares; e o crescimento da imigração irregular.

Algumas passagens e opiniões suscitam dúvidas quanto ao compromisso da autora com uma representação fiel do funcionamento da burocracia estadunidense frente a restrições políticas. No universo político da segurança internacional e da defesa, críticas muitas vezes são mal recebidas, interpretadas como falta de lealdade ou “fogo amigo”. Goodman comenta seu próprio trabalho e o de colegas com os quais mantém vínculos profissionais, o que pode explicar certas romantizações em relação aos Estados Unidos e ao papel das suas forças armadas. Por exemplo, logo na introdução, a autora descreve os militares estadunidenses como “líderes climáticos”, que “trabalham ativamente para compreender e reduzir os riscos da degradação ambiental e do clima em transformação” (p. 2).

Essa visão apaixonada, entretanto, vai além dos atores envolvidos na política de defesa dos Estados Unidos, e contamina o papel que o país tem no cenário internacional. O livro transmite a impressão de que a preocupação climática é prioridade em praticamente todos os ambientes frequentados pela autora: Senado, Departamento de Defesa, Departamento de Estado e *think tanks*. Em vários momentos, são descritos consensos bipartidários quanto à importância de priorizar o combate às mudanças climáticas em todos os níveis de governo, sempre acompanhados de uma aura de aceitação do papel de liderança internacional que os Estados Unidos deveriam exercer, dado seu peso político global. Essa descrição, no entanto, contrasta com a postura frequentemente obstrucionista do país em negociações climáticas internacionais e com seu histórico de rejeição a importantes acordos multilaterais sobre o tema.

Chama atenção a ausência de menções ao negacionismo climático, que ganhou força em todo o mundo, mas especialmente nos Estados Unidos. O livro foi publicado em 2024, quando a volta de Donald Trump à Casa Branca não estava confirmada, mas já parecia um cenário concreto. É simbólico que a autora tenha tido a preocupação de trazer dados atualizados sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como sobre a ação israelense na Faixa de Gaza, mas escolheu não discutir as ações da primeira administração Trump — que, en-

tre tantas medidas contrárias ao clima, retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris — e as promessas de campanha críticas às políticas climáticas do então candidato do Partido Republicano a um segundo mandato, que ganhavam força na sociedade e recebiam apoio de diversos líderes políticos.

A obra de Goodman tem o mérito de registrar e de denunciar aspectos dos bastidores que contribuem para a análise da formulação da política de defesa estadunidense e do comportamento das forças armadas como ator político. Embora alguns desses elementos já sejam conhecidos no meio acadêmico, os relatos da autora agregam riqueza e profundidade. Um desses fatores é a disputa por recursos, que ocorre em diferentes níveis: (i) busca por uma fatia maior do orçamento nacional; (ii) disputa entre o Departamento de Defesa e as forças armadas, bem como entre os diferentes ramos das forças armadas; e (iii) competição intraorganizacional, entre departamentos, projetos, setores de manutenção etc. Quanto à participação do orçamento federal, em que é conhecida a bandeira levantada por militares em diversos países, de atrelar ao menos 2% do PIB para a defesa, a preocupação com a mudança climática aparece como mais um tema que compete por recursos, despertando resistências dentro das forças armadas (p. 45). Nessa disputa por recursos, Goodman admite que, apesar de variações ao longo do tempo, o orçamento para o clima sempre foi reduzido. Esse relato demonstra a pertinência de análises que levem em consideração a força das burocracias como um fator que permeia a formulação e condução das políticas públicas, inclusive as de defesa.

Com isso em mente, outro relato de extrema relevância feito por Goodman, que contribui para alimentar pesquisas científicas no tema, é sobre as prioridades das forças armadas. Ao tratar da transição energética, Goodman cita oficiais militares que ocuparam altos cargos de comando na hierarquia dos Estados Unidos, para admitir que ações de combate às mudanças climáticas “nunca serão apenas, nem primordialmente, sobre mitigar os impactos [causados pelas forças armadas] para as mudanças climáticas, mas sobre ganhar vantagens em relação às nações hostis” (p. 171). Além disso, a redução de emissões significaria, ao menos no curto prazo, uma diminuição no uso de combustíveis e de tiros de treinamento, impactando diretamente o modelo e o volume de treinamento das tropas, o que poderia comprometer o sucesso das missões e aumentar a probabilidade de baixas (p. 46).

Compreender as prioridades, as motivações e os comportamentos de integrantes das forças armadas é fundamental, uma vez que esses atores influenciam diretamente a política de defesa e, portanto, devem ser considerados nas análises científicas sobre o tema. Como a função clássica das forças armadas é proteger a soberania nacional, o povo e o território de ameaças externas, quando todos os demais recursos falham, há uma ten-

dência de secundarizar qualquer preocupação que possa comprometer sua competitividade ou prontidão — incluindo medidas de adaptação e de mitigação às mudanças climáticas, ainda que apresentem um risco existencial para as sociedades e para o território que precisam defender. Portanto, uma alternativa para trazer forças armadas para dentro do esforço de combate à emergência climática seria focar nas vantagens comparativas de adotar políticas de mitigação e de adaptação.

A leitura da obra de Goodman traz importantes revelações sobre os Estados Unidos, que contribuem para pensar o caso brasileiro. A autora narra momentos em que fica evidente a falta de profundidade entre militares em determinadas pautas sobre o tema — a confusão entre preservação do meio ambiente com ações de combate às mudanças climáticas é uma delas. Goodman é incansável em apresentar o cuidado dos militares dos EUA em criar santuários para espécies animais em risco, minimizar a destruição da vegetação nativa, bem como fazer uma gestão eficiente de resíduos como exemplos da alta conscientização das forças armadas com as mudanças climáticas. Não aborda, entretanto, que as forças armadas dos Estados Unidos são um dos maiores emissores de gases causadores de efeito estufa no mundo. Apesar de citar brevemente, não critica nem desenvolve o fato de que o IPCC, em seus cálculos, desconsidera as emissões de responsabilidade dos militares. Algo semelhante pode ser observado no documento brasileiro “Defesa e Meio Ambiente”.² Essa confusão, somada a uma percepção de que as normas internacionais e domésticas demandam um comportamento preservacionista, aos moldes das ideias defendidas pelo Clube de Roma nos anos 1970, levam a uma priorização quase exclusiva de medidas que visam à manutenção de áreas verdes nas áreas pertencentes às forças, como medidas de combate às mudanças climáticas. Uma análise do sistema de ensino militar de nível superior para oficiais do Exército Brasileiro revela a perpetuação dessa visão, que leva a políticas que tratam o meio ambiente como um patrimônio a ser bem gerido.³ Tanto assim que o órgão do Exército Brasileiro responsável por assuntos ambientais é a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, sinalizando que a definição do que é ambiental para a instituição pode ser muito mais elástica do que se costuma atribuir no meio acadêmico. Medidas que busquem superar essas incompreensões, por meio de uma revisão na abordagem dada dentro do ensino militar pode trazer uma aproximação entre as forças armadas e a pauta climática. Aqui reside a importância do livro de Goodman: a compreensão de que a abordagem das mudanças climáticas por parte de suas forças armadas pode atuar como um instrumento político eficaz e um fator relevante na competição pelo poder em um futuro não muito distante. Uma obra que contribui para entender o desenvolvimento do debate nos Estados Unidos e, desse modo, contribui para reflexões sobre o caso brasileiro.

NOTAS

1. A Resolução Byrd-Hagel determinava que os Estados Unidos não participariam de qualquer tratado internacional que estabelecesse limites para suas emissões de gases causadores de efeito estufa, a não ser que esse tratado também impusesse limites a todos os países do mundo. Na prática, essa resolução aprovada pelo Senado dos EUA impedia a participação do país no Protocolo de Quioto.
2. Disponível em www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/asplan/defesa-meio-ambiente.pdf.
3. Lobo, Juvencio Antonio Vasconcelos. Visão ambiental na formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Orientador: Rubens de Siqueira Duarte. 2024. 94 f. Dissertação — Mestrado em Ciências Militares — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.